COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 5.846, DE 2005

Revoga a Lei n.º 10.962, de 11 de outubro de 2004.

Autor: Deputado CELSO RUSSOMANO

Relator: Deputado WALTER IHOSHI

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO VINICIUS CARVALHO

O Projeto de Lei n.º 5.846, de 2005, de autoria do Deputado Celso Russomano, visa a revogar a Lei n.º 10.962, de 11 de outubro de 2004, *“que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor”* ao argumento de que a referida lei – ao facultar a exposição de preços por códigos de barras – violaria o direito básico do consumidor de ser informado sobre o preço do produto de forma adequada e clara.

Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, a matéria foi relatada pelo nobre Deputado Walter Ihoshi que se posicionou pela rejeição do Projeto ao fundamento de que *“a preocupação subjacente à proposição em exame – garantir aos consumidores a concreção do princípio básico de ser informado sobre o preço do produto que lhe é ofertado – está abrigada no corrente desenho legislativo de proteção ao consumidor de modo hígido e escorreito, sem que mostre necessário suprimir o sistema de código de barras e as vantagens que tal sistema de informatização de preços representam para toda a sociedade”*.

Reconhecemos, na mesma linha propugnada pelo relator da matéria, que a Lei n.º 10.962, de 2004, não merece ser revogada, pois a utilização do código de barras pode, de fato, representar ganhos de eficiência e redução de custos na atividade comercial e, conseqüentemente, transformar-se em benefício para a sociedade. Acreditamos, entretanto, ser necessário garantir, de modo indubitavelmente eficiente, que tal evolução tecnológica não mitigue o direito essencial do consumidor de ser informado corretamente e ostensivamente sobre todos os elementos atinentes ao produto.

Como bem assinalou o nobre relator, a própria Lei n.º 10.962, de 2004, deu um primeiro passo nesse sentido, ao exigir, em seu art. 6º, § 3º, que as informações do preço à vista, características e código do produto deverão estar a ele visualmente unidas, garantindo a pronta identificação pelo consumidor. Cremos, todavia, que o vertente modelo admite aperfeiçoamentos para assegurar a proteção plena do consumidor face a tecnologia do código de barras.

Com esse propósito, oferecemos o anexo substitutivo, que altera a Lei n.º 10.962, de 2004, para demandar que as informações relativas ao produto sejam expressas em letra tamanho 12 e que os produtos ofertados de forma irregular sejam considerados com amostra grátis.

Por tais razões, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5.846, de 2005, na forma do anexo substitutivo .

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado VINÍCIUS CARVALHO

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.846, DE 2005

Dê-se ao art. 2º da Lei n.º 10.962, de 11 de outubro de 2004, a seguinte redação:

“Art. 2º

I -

II -

§ 1º Nos casos de utilização de código referencial ou de barras, o comerciante deverá expor, de forma clara e legível, junto aos itens expostos, informação relativa ao preço à vista do produto, suas características e código, escritas em letras cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo 12 (doze) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 2º Os produtos ofertados em desacordo com o disposto neste artigo ou cujo preço, por qualquer motivo, não possa ser consultado pelo consumidor nos equipamentos de leitura ótica equiparam-se a amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado VINICUIS CARVALHO

Relator